

# O autogolpe do presidente Morales

O conflito interburguês aberto durante o governo de Otto Pérez Molina e do Partido Patriota, que piorou em 2015 com a renúncia, captura e acusação do presidente, vice-presidente e muitos de seus ministros e funcionários, entrou em uma nova fase de crise.

Ao deslocar o governo patriota, a oligarquia e o imperialismo concordaram em uma saída que deu a um político novato, Jimmy Morales, a oportunidade de assumir a presidência. As revelações do caso de financiamento eleitoral ilícito durante a campanha eleitoral de 2015, para o qual há um pré-julgamento contra Morales, mostram que a oligarquia contribuiu com fundos para o partido do atual presidente, apostando nessa solução. No entanto, Morales e seu partido, a Frente de Convergência Nacional-Nación (FCN-Nación), acabaram aliados com os grupos militares corruptos que dominaram o governo de Pérez Molina, levando a novos conflitos e crises.

Como há apenas um ano, o confronto se expressou no conflito entre o presidente Morales e seu governo, aliado a um forte bloco de deputados ligados a grupos corruptos, e por outro lado, a Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala (CICIG), o Ministério Público e a Defensoria dos Direitos Humanos.

A resposta de Morales às acusações de financiamento eleitoral ilegal, ao pedido de levantamento de sua imunidade e à possibilidade de anulação da FCN como partido legal foi o anúncio em 31 de agosto da não renovação do mandato da CICIG, que expira em setembro de 2019, e dias depois, a proibição da entrada do chefe da CICIG, Iván Velásquez, no país após uma recente viagem aos Estados Unidos.

Em suas declarações, um encorajado Morales disse que não obedecerá a “ordens ilegais”, alegando que agiu de acordo com a lei. Dado que em setembro de 2017 o Tribunal Constitucional (CC), depois que Morales declarou Velásquez non grato, ordenou ao presidente que não impedisse o trabalho da CICIG ou de seu comissário, é possível que o presidente esteja agindo ilegalmente ao desobedecer à ordem do mais alto tribunal do país.

Há uma série de amparos e ações movidas junto ao CC, solicitando uma reversão das decisões do presidente Morales, que protegem a CICIG e Velásquez. Se os juízes do CC decidirem a favor e o presidente e seu governo se recusarem a obedecer, uma ruptura da ordem constitucional e uma auto-decisão do Estado estariam se formando. Por outro lado, o bloco de deputados aliados do governo aprovou em segunda leitura uma série de reformas à Lei em Matéria de Pré-julgamento, que visam que o Congresso da República conheça diretamente os processos de pré-julgamento, sem antes passar pelo Supremo Tribunal de Justiça. Se as reformas fossem aprovadas na terceira e última leitura, os aliados do governo poderiam aprovar julgamentos preliminares contra qualquer funcionário que considerassem desconfortável, incluindo os magistrados do CC, do Supremo Tribunal de Justiça e do Provedor dos Direitos Humanos. Este seria o complemento para o auto-golpe.

A resposta do imperialismo dos EUA às ações do governo contra a CICIG tem sido ambígua, refletindo as diferenças políticas entre os congressistas e senadores democratas e o governo e os representantes republicanos. Parece ter havido um acordo entre os dois grupos, propondo uma reforma da CICIG, entre outras coisas, a nomeação de um subcomissário para assegurar melhores controlos. Esta opção foi comunicada por telefone pelo secretário de Estado Mike Pompeo ao presidente Morales na quinta-feira, 6 de setembro; Morales e seu governo a interpretaram como um gesto de apoio. Os países doadores da União Europeia e das Nações Unidas, por outro lado, deram o

seu apoio categórico à CICIG e ao Comissário Velásquez.

O grupo oligárquico da burguesia, através de suas câmaras de negócios, expressou uma postura morna e cautelosa, que reflete que sua prioridade é a estabilidade política que garante o bom funcionamento dos negócios. Não podemos esperar, portanto, uma greve empresarial contra o governo de Morales, semelhante à de agosto de 2015 contra Pérez Molina.

Desta vez, cabe claramente ao movimento popular, indígena, camponês, sindical e estudantil defender, não a CICIG e Velásquez, mas as liberdades democráticas e os direitos humanos fundamentais, contra um golpe de Estado do Presidente Morales com o apoio do Congresso e do exército. Mobilizações, bloqueios, marchas, que já estão corretamente programadas, são necessárias, culminando em um pagamento geral de 24 horas, exigindo a renúncia de Morales e seu governo.

Original: [Sin Permiso](#)